



Anais da Assembléia

Nº 51

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 49.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1980 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo P. Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja colocado em regime de urgência, o Projeto de Resolução n.º 10/80, que autoriza o Poder Executivo alienar através do Instituto de Terras e Cartografia – ITC, do Estado do Paraná, o imóvel Gleba 2 – 4.ª parte da Colonia São Jerônimo, a seus legítimos ocupantes.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1.980
a) Lázaro Dumont.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento dos jovens Althair Costa e Souza Filho e Odair Aparecido

do Amaral, ocorrido no dia 20 (ontem) em consequência de lamentável acidente.

O infausto acontecimento veio enlutar a sociedade curitibana, e notadamente a 3.ª Igreja do Evangelho Quadrangular da qual eram considerados integrantes.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à 3.ª Igreja do Evangelho Quadrangular e às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1.980
a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM expressa manifestação do Plenário, no sentido de aprovar um pedido ao Tribunal de Justiça, para que transfira, na próxima Organização Judiciária do Estado, o Município de Verê, para a Comarca de Dois Vizinhos, tendo em vista as melhores condições que apresenta.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1.980
aa) Luiz Alberto Oliveira.

Deny Schwartz,
Túlio Zanchet e
Nilso Sguarezi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, dispensa de publicação para redação final do Projeto de Lei n.º 11/80, que declara de utilidade pública a “Associação Evangélica Missão Transmundial”.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1.980
a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Presidente da República, solicitando o patrocínio de medida que vise à revogação dos decreto-leis em matéria econômica, pelos motivos que fundamentam este requerimento.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1.980
a) Pinto Dias.

JUSTIFICATIVA:

A sobrevivência do regime discricionário em matéria econômica representa uma demasia no sistema constitucional brasileiro, por afetar a efetividade da Democracia de forma tão danosa quanto a restrição à liberdade política presente no regime do AI-5.

O arbítrio em matéria econômica, possibilitando pela existência do regime de decreto-leis causa profundas irregularidades no funcionamento normal do sistema econômico, como podemos ver pelo recente decreto ampliando o imposto sobre Operações Financeiras em diversos setores como o financiamento de bens de consumo, os financiamentos rurais, habitacionais, de importação e outros; e o decreto-lei sobre Empréstimo Compulsório para as faixas de renda mais altas.

Todos estamos lembrados da origem do nosso Direito Constitucional moderno, com o princípio de que não há im-

posto sem representação. Foi para discordar de tributos arbitrários que o povo inglês obteve do rei João Sem Terra a Magna Carta — base de todo o constitucionalismo ocidental. Foi por não concordar com o famoso Imposto do Selo sobre o chá que consumiam, que os americanos iniciaram a luta da independência contra a Inglaterra.

Isto mostra que os povos sempre repudiaram uma taxa sem representação; porque o bolso do homem é o lugar mais sagrado em termos de liberdade.

Mas no Brasil estamos assistindo à continuidade do arbítrio em matéria econômica, embora tenhamos recebido o bafejo da liberdade política com a supressão do regime dos atos institucionais.

Hoje, enquanto ficamos assistindo ao debate de questões relativamente secundárias em matéria política, fica a Nação submetida aos excessos de uma tecnocracia que tudo pode e tudo erra, em nome da racionalidade da política econômica.

Nesta altura não cumpre discutir se os parâmetros da política econômica estão ou não corretos; o que importa é questionar o fato de que o Governo impõe, arbitrariamente, mudanças de regras e impostos sobre o cidadão, sem que se já observado o princípio constitucional da representação política para decidir, previamente, da conveniência dessa im posição.

Não há razão de Estado relevante que justifique a continuidade do arbítrio representado pelos decreto-leis em matéria econômica. Pelo contrário, o Governo já tem poderes em excesso nessa área, como se pode ver pela abrangência de funções do Conselho Monetário Nacional, hoje um verdadeiro "congresso econômico" à margem do Congresso Nacional regularmente eleito.

Os poderes que possuem o Conselho Monetário e os Ministros da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento são até excessivos. Como decorrência, esses órgãos impõem orientações que se revelam contrárias ao interesse nacional a longo prazo, como se observa no caso da cafeicultura — onde a produção brasileira cai a cada ano; da pecuária de corte — onde nossa presença como exportadores foi substituída pela escassez até de mercado interno; e pela agricultura de subsistência tipo feijão, arroz, hoje onerada inclusive por contribuições previdenciárias e outras.

Se o Governo, com seu excessivo poder para tributar impõe novos impostos, acaba desarticulando a atividade econômica. O cidadão de iniciativa, que poderia investir e gerar empregos, é obrigado a recolher um imposto extraordinário sobre um rendimento que na realidade não usufruiu, sendo fruto muita vez de valorizações patrimoniais. Resultado: o investidor não investe, deixando de gerar empregos tão necessários para o sustento de pais de família que já fugiram do campo, atingidos pela política distorcida da cafeicultura, da pecuária, da agricultura de subsistência.

Por isso, justifica-se à amplitude, a colocação de que se faz urgente a revogação da faculdade de edição de decreto-leis em matéria econômica, último resquício do autoritarismo neste país que queremos democrático, ocidental e cristão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício ao Senhor Secretário da Educação, para que estude a possibilidade de implantação de cursos técnicos profissionalizantes do 2.º grau, na cidade de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1.980

a) Nestor Baptista.

JUSTIFICATIVA:

A implantação dos referidos cursos trará grandes benefícios para a população estudantil, não só de Quitandinha, mas também das cidades vizinhas, privadas desse tipo de ensino. Atualmente os alunos que desejam fazer esses cursos, têm que se dirigir até Curitiba, onerando em muito o orçamento familiar. Isso faz com que a grande maioria pare com os estudos, por falta de condições.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente. A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, dos Srs. Prefeito Municipal de Imbituva, Vice-Prefeito, vereadores e líderes do referido município.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo da nossa presença na tribuna na tarde de hoje, é para manifestar o nosso apoio, ao Dr. Luiz José Guimarães Falcão, Presidente do TRT do Paraná, onde todas as classes de representações sindicais do nosso Estado, tanto da área de trabalhador, como de empregadores, estão apoiando o Dr. Luiz Falcão, para a próxima vaga que se fará no Superior Tribunal do Trabalho em Brasília, e para tanto, Sr. Presidente passamos a ler aqui, um requerimento com a justificativa

(Lê):

“Senhor Presidente

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores GENERAL JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, Digníssimo Presidente da República, DOUTOR IBRAHIMABI-ACKEL, Digníssimo Ministro da Justiça, DOUTOR GERALDO STARLING SOARES, Digníssimo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília, manifestando irrestrito apoio a indicação do DOUTOR LUIZ JOSÉ GUMARÃES FALCÃO, Mui Digno Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª (nona) Região (Paraná e Santa Catarina), para ocupar a próxima vaga de Ministro do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1 980

a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA.

As razões que me levam apresentar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aberto apoio ao eminente magistrado, entre outras, são as seguintes:

1 — O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, 9.ª Região, tem se constituído em uma garantia de correta aplicação da lei e implantação da Justiça Social nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Neste sentido, o seu digno Presidente, Doutor LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO, se tem constituído em equilibrado e dinâmico magistrado, conciliando as graves pendências surgidas entre empregadores e empregados em seus conflitos coletivos.

Esse ponto deve ser ressaltado em primeiro lugar porque, hoje, para empregados e empregadores, a mediação estabelecida pelo E. TRT/PR-SC, através do Doutor Luiz José Guimarães Falcão, tem sido elemento de segurança na solução harmoniosa, justa e correta das divergências surgidas em dissídios coletivos, nos mais variados setores profissionais e econômicos.

É do conhecimento público que nas manifestações dos trabalhadores, em greves, nos mais variados pontos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, o Dr. Luiz José Guimarães Falcão tem estado presente, na atuação firme e serena, na tentativa de se chegar a bom termo no conflito gerado. Ressalte-se

as greves dos mineiros de carvão de Criciúma e região carbonífera de SC em 1.979, com a presença direta daquela magistrado, foi possível, em uma primeira oportunidade (março/79), evitar-se a paralisação, e em um segundo movimento, resolver-se a greve em 48 horas, por sua intermediação. Outro ponto importante de sua conciliação, foi a greve dos metalúrgicos de Curitiba e movimento salarial de todo o Estado do Paraná, atingindo mais de 30 mil trabalhadores que, com a proposta justa e correta, possibilitou que, ao ser deferida pelos demais Juizes do E TRT, os trabalhadores a acatassem e voltassem pacificamente ao trabalho.

Neste mesmo sentido, foi decisiva a participação na greve dos trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas de Joinville, em Santa Catarina, onde, pela proposta conciliatória do eminente Juiz, foi possível chegar-se ao fim da paralisação, com resultado justo para as partes.

Destaque-se, afinal, a intermediação positiva do atual Presidente do TRT/PR-SC na solução dos conflitos coletivos dos enfermeiros de Curitiba, os vigilantes de todo o Estado do Paraná, dos pedreiros e carpinteiros de Curitiba, para citar apenas alguns dos momentos mais importantes da participação daquela autoridade judiciária em situações de dificuldades para os trabalhadores e empregadores. Enfim, das 8 greves deflagradas em nosso Estado, 6 foram conciliadas pelo eminente magistrado.

Essa posição justa, conciliatória, firme e serena tem ajudado sobremaneira a harmonia entre empregadores e empregados resolvendo-se conflitos coletivos de modo a assegurar aos trabalhadores a satisfação de suas necessidades, e, aos empregadores, a paz na relação do trabalho com seus subordinados.

2 - O segundo ponto que deve ser destacado na atuação do Dr. Luiz José Guimarães Falcão, diz respeito ao dinamismo que tem imprimido na Justiça do Trabalho na 9.^a Região, Paraná e Santa Catarina. Como Presidente do E. TRT não tem medido esforços na solução dos graves problemas que afligem a Justiça do Trabalho, quer nas condições de atendimento dos trabalhadores e empregadores, quer na solução material e de recursos.

Neste sentido destaca-se a preocupação constante em agilizar o atendimento às partes, como ampliar os serviços e recursos humanos com a efetivação de funcionários, realização de concursos e demais questões básicas ao desenvolvimento da Justiça do Trabalho.

3 - A terceira questão que sobreleva ressaltar diz respeito à necessidade de resolução dos problemas que atingem aos trabalhadores e empregadores na necessidade de instalação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento no Paraná e Santa Catarina. Neste ponto, o Dr. Luiz José Guimarães Falcão não tem medido esforços em efetuar todos os estudos, levantamentos, pesquisas e trabalhos coletivos para que seja possível a mais rápida implantação de novos órgãos judiciais no setor do trabalho, para a ampliação da Justiça Social nos dois Estados.

4 - E apenas para finalizar, sem ter esgotado o rol de pontos que poderiam ser levantados nesta rápida exposição, temos que assinalar o caráter e personalidade do Dr. Luiz José Guimarães Falcão no trato das questões judiciais, no relacionamento fraterno e amigo com as partes, com empregados e empregadores, na sua presença constante em reuniões, debates e outros atos, procurando se integrar na vida social e sindical do Paraná e Santa Catarina.

Por esses e outros motivos que poderiam ser indicados estamos seguros que a presença do Dr. Luiz José Guimarães Falcão no Colendo Tribunal Superior do Trabalho será uma garantia na sequência de sua efetiva participação na aplicação da lei e na manifestação da Justiça nas relações de empregados e empregadores, visando a harmonia social em favor do desen-

volvimento de nosso País.

Confiamos, portanto, que Vossa Excelência que possui o espírito justo, sereno e democrático, indicará o Dr. Luiz José Guimarães Falcão para aquela alta representação judiciária, reconhecendo os méritos a quem os tem.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já por 4 vezes ocupamos a tribuna nesta Casa, para falarmos sobre a Companhia Hidrelétrica Parapanema. E, quando recebemos uma comunicação do Ministério de Minas e Energia de que essa companhia só seria encampada se houvesse motivos extremos, nós redobramos nossos esforços e, levando ao Governador Ney Braga o nosso trabalho e as necessidades pelo menos da absorção dos bens ou do atendimento de energia elétrica do Norte Pioneiro, para 30 municípios.

Nós, levando maiores argumentações, Governador do Estado, Sr. Ney Braga se mostrou altamente preocupado e redobrando também os seus esforços, determinou à COPEL estudos para que fosse realmente a Companhia Hidrelétrica Parapanema uma companhia em que tivesse pelo menos os estudos no sentido de que essa distribuição de energia naquela região, fosse pela COPEL.

E, para nossa maior satisfação, os estudos foram feitos e já em adiantada fase e hoje, exatamente no dia de hoje, a COPEL através de seu Presidente e seus diretores, já na 3.^a ou em uma das fases das negociações, se encontra em São Paulo em uma reunião para que essa Companhia tenha o seu acervo absorvido pela COPEL. E, não poderia deixar de registrar este andamento porque temos acompanhado de perto, porque a cada dia que passa na iminência de ser absorvida ou encampada, aquela companhia passa a atender de uma maneira menos aconselhável ainda aqueles que ela deveria atender.

As reclamações que recebemos diariamente, em vários municípios do Norte Pioneiro, têm nos deixado altamente preocupados; porque o Norte Pioneiro, hoje em fase de reindustrialização, hoje com a implantação de novas indústrias, tem necessidade, como fator primordial, do fornecimento de energia elétrica.

Não obstante, esta necessidade de atendimento às indústrias, também o comércio de todas as cidades ou trinta municípios que são, ou deveriam ser atendidos por esta companhia, têm recebido prejuízos consideráveis e têm tomado quase que insuportável a situação nestes municípios com relação ao atendimento de energia elétrica.

Ficam aqui os registros de nosso agradecimento à atuação do Governador Ney Braga, o empenho da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Copel, através de seus diretores e os nossos maiores desejos de que estas negociações tenham um final feliz, porque se atendem diretamente, à trinta municípios do Paraná, atenderão indiretamente a todo o Paraná; porque o Norte Pioneiro, também como fonte de energia, também como fonte de produção, merece todos os nossos esforços como paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito mais importante que a nossa presença nesta tribuna, sobre o "affair", Banco do Estado do Paraná, é a voz nua e crua dos trabalhadores daquela instituição bancária, que não só reabilitam todos os nossos argumentos trazidos

à esta Casa recentemente, como atestam o estado, ao menos duvidoso, em que se encontra o comando diretivo do Banco do Estado do Paraná.

Aqui está o comunicado do Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários de Curitiba, comunicado 01/80:

(Lê):

“Dia 29 de abril próximo passado, o Deputado Estadual FIORI LUIZ, após acurada análise das principais irregularidades e arbitrariedades cometidas pelo BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A contra seus funcionários, pronunciou-se no plenário da Assembléia Legislativa e, inconformado com as reduções salariais ocorridas naquele Banco Oficial, fez requerimento, pedindo os seguintes esclarecimentos:

- a - número de demissões e admissões efetivadas em 1.978 e 1.979;
- b - forma de contratação dos guarda-mirins, recentemente admitidos pelo banco para prestação de serviços;
- c - se houve redução nas gratificações semestrais;
- d - saldo da conta de “créditos em liquidação e seus principais tomadores.

A Assembléia Legislativa do Estado, através do Deputado ERONDY SILVÉRIO, visivelmente baseado em dados fornecidos pela Administração do Banestado, pronunciou-se no grande expediente do dia seis de maio, defendendo incondicionalmente os atos praticados pela Diretoria do Banco nos últimos anos

Alega o Sr. Erondy que “não houve redução na participação de funcionários nos lucros do Banco”. Desconhece o nobre Deputado, que há vários anos, a Justiça do Trabalho, unanimemente, desde as Juntas de Conciliação e Julgamento até o Tribunal Superior do Trabalho, vem reconhecendo invariavelmente como salário, os valores pagos ao final de cada semestre, ainda mais, tratando-se do Banestado, onde teve a oportunidade de se pronunciar no processo n.º 1035/78, da seguinte forma:

“a mencionada gratificação que vem sendo percebida pelo ora peticionário não é de maneira alguma aleatória e muito ao contrário, incorporou-se definitivamente em seu contrato de trabalho, sendo assim impossível a sua supressão ou mesmo sua diminuição como vem procedendo neste sentido a ora reclamada.”

Este é o parecer da Junta de Conciliação de Londrina, ratificado pelo Tribunal Regional do Trabalho de nosso Estado em uma ação que move contra o Banestado um funcionário que por razões óbvias deixamos de nominar

Não bastasse isso, o decreto lei 386/68 de 19.12.68, em seu artigo 1.º veda a “distribuição de quaisquer lucros, bonificação, dividendos ou interesses a seus sócios titulares ou acionistas, às empresas em débito salarial com seus empregados considerando como salário as comissões, percentagens e as gratificações.

É evidente que o Deputado Erondy desconhece os termos desse decreto lei, bem como os termos de sua portaria regulamentadora.

Mais adiante, o Sr. Erondy reputa de chavão esquerdista o seguinte texto do expediente do Deputado Fiori Luiz: “ao banqueiro tudo. Ao bancário, nada. É preciso corrigir essas disparidades sócio-econômicas, aproximando o trabalhador ao coeficiente lucrativo das empresas”.

Causou-nos grande apreensão a afirmação do Deputado Erondy, principalmente levando-se em consideração as suas raízes humildes de homem honesto e trabalhador, demonstrando o desconhecimento da disparidade social e econômica entre o banqueiro e o bancário.

Alega mais o Deputado Erondy que a média salarial dos funcionários do Banco do Estado do Paraná S/A, é de Cr\$ 37.000,00 mensais e que nenhum funcionário ganha menos de Cr\$ 11.000,00 também mensais

Em levantamentos feitos recentemente o Sindicato concluiu que a média salarial dos funcionários do Banestado é de Cr\$ 25.000,00 por mês. Bem abaixo da média oferecida pelo Deputado Erondy. O nosso levantamento diz respeito a aproximadamente 1.000 funcionários lotados na Direção Geral, cujos salários variam de Cr\$ 8.000,00 a Cr\$ 106.000,00 por mês. (não levamos em consideração o salário dos diretores por falta de elementos). Seria o mesmo que afirmar que em uma sociedade onde um dos sócios ganha Cr\$ 100.000,00 e o outro Cr\$ 10.000,00, a média salarial fosse de Cr\$ 55.000,00.

Com relação aos serviços prestados pelos guarda-mirins ao Banestado, tivemos o cuidado de junto aos mesmos fazer as seguintes verificações: Via de regra esses garotos foram aliciados no bairro de Santa Cândida e prestam serviços ao Banco por um período de 7 horas diárias de 2.ª às 6.ªs feiras, recebendo do IAM somente um salário de Cr\$ 2.800,00 e o fardamento característico. A esses menores nem o banco, nem o IAM dão outro tipo de atendimento. Parece-nos, salvo melhor juízo, uma forma irregular e desumana de contratação de mão-de-obra nos fazendo lembrar a barganha do homem como mercadoria comerciável tal como se fazia no Brasil a 200 anos.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba, face às alegações do Deputado Erondy Silvério, vem de público hipotecar sua solidariedade ao pronunciamento do Deputado Fiori Luiz, que visa o restabelecimento das gratificações semestrais dos funcionários do Banco do Estado do Paraná S/A, nas bases pagas anteriormente.”

E ainda como adendo, a este problema levantado com o Banco do Estado do Paraná, o Estadão de São Paulo, traz a seguinte manchete no dia 10 de maio de 1.980.: “MAIOR CONTROLE SOBRE OS BANCOS ESTADUAIS. — O Banco Central exercerá rigoroso controle sobre os Bancos Estaduais, para evitar que continue expandindo suas operações de crédito, acima dos níveis fixados pelo Governo.

Segundo Lanchoni, o Ministro Delfin Neto determinou a adoção de medidas imediatas para refrear a atividade dos bancos estaduais, na área do crédito, e entre elas figura a restrição dos repasses concedidos pelo Banco Central.

E agora, o mais grave dessa entrevista, de Carlos Geraldo Lanchoni: - “Devido à influências políticas regionais, as autoridades monetárias, conforme observou Lanchoni, consideram extremamente difícil exercer controle sobre os Bancos Estaduais, verdadeiros Bancos Centrais, dentro do Estado.

O próprio Presidente do Banco Central, admite e reconhece que há influências políticas nos Bancos Estaduais. E aqueles que defenderam o órgão e nos criticaram, diante desta nota do Presidente do Banco Central como é que ficam?”

Era isso, Sr. Presidente e nobres Deputados. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A oitava conferência da OAB reunida em Manaus, deverá produzir e já está produzindo profundos reflexos sobre o processo político nacional.

E por esta razão, refletindo sobre o editorial, da “Folha do Estado de São Paulo”, sob o título: “O Progresso da Ordem”, é que nós tomamos a liberdade de requerer, nesta Casa, a transcrição nos Anais, como razão maior de servir de instrumento de reflexão para cada político, para cada empresário: para cada Governante; para cada brasileiro.

Alguns tópicos aproveitamos esse horário, para de público, trazê-los.

“As últimas conferências nacionais da OAB vem sendo

marcadas por uma nítida evolução das teses debatidas que, abandonando o terreno estreito das questões técnicas e teóricas do Direito, inclinam-se cada vez mais para proposições de caráter jurídico-político.

A tese do Estado de Direito foi assim completada pela reivindicação de uma infra-estrutura institucional, de natureza democrática, baseada na tradição nacional da soberania popular, com garantias institucionais.

Ou seja, sem abandonar as questões formais do Direito, os advogados do Brasil tendem a encarar as questões propriamente substantivas da ordem política e jurídica."

E segue mais o editorialista:

Não deixa, portanto, de ser curiosa a nova linguagem dos advogados, que não hesitam em denunciar "o caráter elitista da liberdade que predomina no País" e em reivindicar "uma posição de vanguarda, distancida da mera contemplação de instituições jurídicas plasmadas sem grande apreço pelos interesses do povo" ou até mesmo, recusa-se a subscrever "um sistema jurídico que garante à pequena minoria uma existência afortunada e, à grande maioria do povo brasileiro, a liberdade de sentir fome". Vai mais longe o autor dessas palavras, o advogado Eduardo Seabra Fagundes, Presidente da Ordem dos Advogados, atribuindo ao sistema político vigente o objetivo da "total erradicação da liberdade, que permitirá o exercício incontrolável da opressão", e expressando sua solidariedade com os movimentos reivindicatórios dos operários, aos quais opõem uma "legalidade empregada de per-meo com a pura violência".

Ora Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lógico que muita gente não tem interesse em ouvir as coisas sérias. Mas, é o Brasil que hoje fala, pela voz da OAB, como por exemplo, neste texto:

"Curiosa mas não surpreendente essa identidade de linguagem e de temática entre a OAB e as oposições. Oposição não ao Governo, o que teria caráter partidário, mas a um estado de coisas que a consciência jurídica acusa de subverter a ordem jurídica pressuposta no pacto político e democrático que a sociedade deseja, por meio de um legalismo cuja legitimidade não se "baseia nos interesses expressos da população, mas é autoconferida pelos detentores do poder. Não surpreende, em primeiro lugar, porque até mesmo a legislação mais restritiva das liberdades civis e políticas nem sempre é respeitada, segundo as conveniências das autoridades, revelando, com isso, sua base no puro arbítrio. Não surpreendendo, também, devido ao flagrante isolamento de um regime autoritário que pretende conciliar a abertura - que a Nação deseja e é inevitável para a estabilidade política do País - com a manutenção de todas as prerrogativas que o Estado subtraiu à sociedade. Desconhecendo, além disso, qualquer base legítima de interesse que não corresponda à vontade do sistema de poder. Afinal, como os funcionários públicos civis e militares, como o clero, o professorado e os operários, os advogados pertencem à sociedade que tolera cada vez menos o prolongamento da grande margem de arbítrio que o Estado se arroga, muitas vezes à margem da legalidade vigente, ou escudando-se em uma legislação de indiscutível legalidade."

"Contratada com as tendências verificadas na OAB, o obscuro advogado e político mineiro guinado à Pasta da Justiça, em circunstâncias fortuítas. O ministro Abi-Ackel rebateu as críticas feitas na abertura da Conferência, condenando o que ele disse "a leviandade que literalmente somando apenas valores semânticos, construímos instituições liberais". Considerando ilusória a espera de "alguns ditirambos a mais em louvo à liberdade: a repetição cediça dos temas da Revolução Francesa, a cansativa afirmação de que necessitamos de liberdade", opôs ele a essas expectativas e de "proposições objetivas, claras, lúcidas e centradas na realidade brasileira."

Ora Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando uma insti-

tuição secular, como a Ordem dos Advogados do Brasil, em sua VIII Conferência Nacional, ora sediada em Manaus, tem o desprendimento de conclamar a Nação inteira para a reflexão e tomada de posição, é algo que merece de nós, não só aplausos mas também que nos debrucemos sobre a temática. A OAB tem sido transformada em uma das pontas de lança do longo e tortuoso processo pelo qual a sociedade brasileira procura retomar, em suas mãos, a iniciativa de seu próprio destino político.

Para isso, tentando limitar o arbítrio do Estado e o poder auto conferido do Executivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este editorial, muito mais do que a sua transcrição nos Anais, deve ser motivo para que ganhemos um pouco de tempo na reflexão, na análise da atual quadra brasileira.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabino Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

A Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Paraná, a qual, por deferência dos Srs. Deputados, membros da mencionada Comissão, que temos a honra de presidir, há poucos dias atrás, depois de aprovada pela Comissão, fizemos uma reunião na qual foram convidados a participar o Secretário da Agricultura do Paraná, o Presidente da Cotriguaçu de Cascavel, o Presidente da Ocepar, o Presidente da Cooperativa de Toledo, de Palotina, de Capanema, de Francisco Beltrão, de Campo Mourão, para juntamente não somente com os Deputados da Comissão de Agricultura, mas com os demais Deputados que lá compareceram, debaterem sobre a problemática do trigo no Estado do Paraná de hoje, e naquela Comissão, nos debates todos, inclusive e é bom que se frise aqui as palavras do Secretário da Agricultura do Paraná quando dizia que há necessidade do Governo Federal definir de uma vez por todas, a política tritícola no Brasil, principalmente na região produtora. Ainda nas palavras do Senhor Secretário da Agricultura de que em síntese, o Governo Federal deverá dizer ao Paraná se quer ou se não quer que plante trigo e no trabalho apresentado por todas as cooperativas que lá participaram, e também no próprio trabalho da Ocepar e no da própria Secretaria da Agricultura, foi que nós fizemos uma síntese do que foi ali discutido e que trago nesta oportunidade ao conhecimento desta Casa.

Trabalho este que foi realizado pela Comissão de Agricultura e que já estamos sentindo, pela opinião de todos os senhores membros daquela Comissão, de que realmente os assuntos de maior interesse da Agricultura do Paraná, ou ligados ao homem rural do nosso Estado, deverão ser trazidos àquela Comissão, e para tanto, já havia idéia, a exemplo desta mesma reunião que foi realizada, debatendo exclusivamente o problema do trigo do nosso Estado, de fazer-se reuniões com determinados assuntos específicos, tais como a problemática do leite hoje, do café, e este último, inclusive, nós estamos recebendo várias sugestões de cafeicultores e dirigentes classistas do nosso Estado, para que realmente a Comissão da Assembléia possa efetivamente realizar um debate sobre o café, que é um dos temas hoje, de maior importância para a economia brasileira.

E ainda, falando sobre o café, os próprios jornais de hoje, trazem uma notícia de que não há mais comércio no Paraná para a venda de mudas de café, mostrando com isso, o medo das intempéries, das geadas que estão aí se aproximando e também, o próprio preço desestimulante, o confisco que realmente desestimula hoje, o produtor de café do nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Passaremos a ler aqui uma síntese da reunião da Comissão de Agricultura.

(Lê): "Segundo o Banco Central e Ctrín, o Brasil consumiu

em 1.979, 6,35 milhões de toneladas de trigo. Do total, 3,69 milhões foram "importados, custando ao País 14 bilhões de cruzeiros. Importar ficava mais barato. Ficava.

Com a desvalorização do cruzeiro, uma tonelada do trigo estrangeiro passou a custar até Cr\$ 8.500,00/tonelada, contra o preço médio então pago ao tricultor brasileiro de Cr\$ 5.400,00 a tonelada.

Em fins do mês de abril a Ctrin afirmava textualmente: "A produção interna é bem mais econômica, confrontando o custo final calculado para o produto alienígena e a cotação interna vigente na última safra". Segundo aquele órgão do Banco do Brasil S/A, após a desvalorização do cruzeiro em 7 de dezembro, o trigo passou a custar até Cr\$ 8.500,00 a tonelada, "tornando o produto estrangeiro muito mais oneroso que o nacional".

Essas considerações, de fontes oficiais, levam-nos à óbvia constatação de que a busca da auto-suficiência tem ao menos duas fortes razões a justificá-la: as constantes elevações no mercado internacional e a necessidade de equilíbrio em nossa balança de pagamentos.

Entretanto, hoje ocorre exatamente o contrário. Enquanto as autoridades governamentais acenavam com dinheiro fácil, aliciando produtores ao suicídio do feijão das secas sob a alegação de evitar importações e desequilíbrio à balança de pagamentos, arquitetou-se nas esferas federais um plano maquiavélico para desestimular o trigo na região Sul. Onde muito embora os contratemplos, se produz a quase totalidade do trigo nacional e onde, não obstante os reduzidos índices de produtividade, se colhe um produto bem menos oneroso que o importado, segundo admitem as próprias autoridades (Ctrin).

Na verdade, aparentemente todos os instrumentos disponíveis foram acionados, para desestimular o plantador. A começar pela divulgação tardia das condições para plantio. Adentramos o primeiro decênio de março, época ideal à semeadura do cereal na região Oeste, e as condições de plantio continuavam indefinidas tanto em relação ao valor básico de custeio, quanto ao preço de aquisição.

Finalmente divulgados, o VBC mostrou-se insuficiente para cobrir os custos reais de produção e a cobertura de 80% do Proagro veio desmentir a Resolução 570 do CMN, que estipulava 100% de cobertura para todas as culturas agrícolas. O preço básico de aquisição, posteriormente divulgado (Cr\$ 710,40 ph78), considerado apenas razoável face aos elevados custos de produção não foi suficiente para estimular no grau desejável, o plantio.

Em resumo são estes os fatores principais, responsáveis pelo status quo:

- Proagro, elevando o prêmio e redução para 80% na cobertura,

- VBC insuficiente, insumos e operações aumentaram em 185,48%, enquanto o teto de financiamento aumentou apenas 30,73%. O limite necessário seria de Cr\$ 10.958,97 contra apenas Cr\$ 6.987,00 para mini e pequeno agricultor e Cr\$ 5.589,60 para médio e grande agricultor (Quadros anexos).

- Para o médio e grande agricultor falta segurança. A garantia de 80% de cobertura é meramente simbólica, já que o agricultor nas circunstâncias e teto atuais, é levado a tirar de seu bolso 49,5% do custeio, obtendo a garantia de 80% não sobre a aplicação total, mas sim sobre os 50,5% do valor financiado.

- Juros elevados. A elevação dos juros, em certos casos, em mais de 100% desmotivou o agricultor, deixando-o perplexo. As atuais taxas raramente serão acessíveis, que somados aos custos atuais de produção tornaram-se inaceitáveis, pois a agricultura não possui rentabilidade para fazer frente a esses custos.

Paralelamente, através da Resolução 520 do CMN, estimulava-se o plantio nos cerrados via teto maior de VBC. Medida a médio e longo prazo perfeitamente aceitável.

No entanto, não será de uma hora para outra que esta transferência possa ser concretizada. O parque mecânico, a infra-estrutura, as terras preparadas e o homem que sabe plantar ainda continuam no Sul e, não serão medidas imediatistas, que deslocarão todo o potencial produtivo de uma região para outra. A título de informações, alguns números relativos à área de plantio em 1.977 (Dados do IBGE, os mais recentes existentes): Minas Gerais 561 ha; Mato Grosso 35.839 ha; Goiás 4 ha e Distrito Federal 3 ha — todos na área beneficiada por um VBC diferenciado e estimulador, com base em produtividade média pré-fixada de 1.200 quilos/ha. Plantio dos demais Estados no mesmo ano: Paraná 1.398.226 ha; Rio Grande do Sul, 1.523.500 ha; Santa Catarina 11.200 ha; São Paulo, 184.000 ha. Área total plantada no País, 3.153.333 ha, produção total 2.066.039 toneladas.

II - A REALIDADE DE HOJE:

Segundo informações oficiais (Deral), espera-se que a Região Oeste contribua com o plantio de 575.700 hectares (18% menos que ano passado), o que significaria, mesmo assim, mas de 50% da área a ser cultivada no Estado. Até o final de abril, 270 hectares haviam sido efetivamente plantados na região.

Na área de ação da "COOPAVEL", compreendendo os municípios de Cascavel, Corbélia, Céu Azul, Catanduvas e Capitão Leônidas Marques, os levantamentos de intenção de plantio, efetuados antes da divulgação oficial de preços, condições de financiamento e Proagro, os associados demonstraram disposição para o plantio de 70 mil hectares.

Neste dia seis de maio, deparamo-nos com a seguinte realidade: As reservas de sementes efetuadas permitirão um plantio total de 70 mil hectares. No entanto, foram retiradas de nossos armazéns até o momento, sementes suficientes para o plantio de 41 mil hectares. Isto não significa que a área correspondente, equivale a 58% da estimativa inicial já tenha sido plantada. A pouca precipitação pluviométrica tem prejudicado sensivelmente o plantio.

Os departamentos especializados da nossa Cooperativa estima uma redução de até 30 por cento em relação à intenção inicial de plantio (70 mil hectares).

III - ALTERNATIVAS DE PLANTIO:

Efetivamente, o reflexo ante as medidas governamentais so não atinge proporções mais dramáticas, porque existem outras alternativas viáveis ao alcance imediato do agricultor. Toda a infra-estrutura implantada na região está embasada na soja-trigo. Os financiamentos contratos estão programados para amortizações em duas safras. Quem não teme represálias junto ao caixa bancário, por ocasião dos acertos em caso do não cultivo do trigo?

A ausência de uma indicação segura da parte dos órgãos de pesquisa (pesquisas voltadas quase que exclusivamente a culturas já implantadas, e não à busca de novas alternativas), o trigo se assemelha a uma opção quase única para evitar erosão ou o próprio inçameamento das lavouras.

A Coopavel de sua parte vem ampliando gradativamente as atividades e fomento à culturas diversificadas, consciente da necessidade de oferecer ao associado novas fontes de renda, seguras e constantes e eliminar a dependência exclusiva do binômio.

Neste sentido, pesquisas vêm sendo feitas com a mamona e girassol (diversos campos de observação já instalados), oferecendo inclusive suporte à comercialização de amendoim e fornecendo semente de alho, entre outras como o reflorestamento com essências nativas e frutíferas.

Ainda, com vistas à diversificação e segurança, a própria cooperativa, por exemplo, de Cascavel, para amenizar um:

pouco essa situação naquela região, adquiriu, ou está adquirindo para os próximos dias, está adquirindo e operando com o frigorífico e para os próximos 90 dias, prevê o início da construção de uma fábrica de ração industrial de milho e também, para breve, a implantação da primeira etapa de uma usina de laticínios como alternativa de substituição do plantio do trigo.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, todo esse quadro pintado, trazido pelos mais legítimos líderes de cooperativismo e da triticultura paranaense, haveria uma necessidade, para um incentivo maior, para que se plantasse, porque ainda há tempo de se plantar trigo, pelo menos até o mês de junho, há necessidade de se elevar o custo da saca, de pelo menos Cr\$ 923,00, quando já foi denunciado nesta própria Casa, e os próprios participantes, como convidados na Comissão de Agricultura, afirmaram de que o trigo importado este ano estará custando aos cofres do Brasil mais de Cr\$ 1.000,00 a saca, porque não pagar então ao agricultor, ao lavrador, porque incentivar com dólares fáceis, com financiamento fácil aquele produto que traz dólar, mas aquele que poupa dólar deixa de ser realmente incentivado.

○ **Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a atenção que Vossa Excelência me dá ao conceder-me um aparte para afirmar que Vossa Excelência, na condição de Deputado da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e membro da comissão reestruturadora do Partido Democrático Social deste Estado, comissão de onze membros, vem provar, com esse pronunciamento, que a Oposição está redondamente enganada quando diz que as bancadas do Governo, no Território Nacional, em todos os níveis, desde as Câmaras Municipais ao Congresso Nacional, são apenas uma caixa de ressonância das medidas propostas pelo Governo da União, que muitas vezes vêm em detrimento aos interesses do povo brasileiro.

Enganada está a Oposição e prova Vossa Excelência com este pronunciamento. Não só Vossa Excelência, como eminentes membros de nosso Partido, que não têm poupado críticas ao Governo Central, principalmente no tocante às questões de amparo, não só de créditos como de incentivos à agricultura.

Realmente, o Governo Federal parece que está perdido no que diz respeito à nossa agricultura, porque prende-se à questões aleatórias, à questões de oportunidade, de momento. No instante em que o trigo importado era mais barato, dado às condições cambiais favoráveis, o Governo desestimulava o seu plantio no País com medidas que feriam os interesses dos triticultores.

Esquecido de que câmbio é uma questão que independe da vontade dos Governos, e que obedece à uma conjuntura internacional, as Nações que manipulam câmbios, valores do câmbio em todo o Universo, são Nações que representam o sistema capitalista e que, objetivamente, é verdade, procuram sempre manipular o câmbio ao sabor do interesse das Nações que elas representam.

Um Governo nunca pode fixar, estruturar a sua política agrícola em contingências cambiais de momento. Como aconteceu com a questão do trigo. Vê Vossa Excelência quão errados estavam não só o Ministério da Agricultura, mas o próprio Ministério do Planejamento e a própria Presidência da República, quando desestimulavam, através de medidas, a incentivação do plantio do trigo.

Hoje, as condições cambiais mudaram. É interessante que o Brasil produza, pelo menos, o trigo que consome. Mas há esse desestímulo, face às condições desfavoráveis oferecidas aqueles que se dedicam ao plantio do trigo. Hoje a Nação está sofrendo os efeitos daquela política.

O pronunciamento de Vossa Excelência é muito oportu-

no e leva o meu apoio pessoal. Devemos, todos os brasileiros conscientes, batalhar para que estas distorções, nas questões fundamentais da vida econômica brasileira, sejam definitivamente resolvidas; porque não é possível mais vivermos de casuísmos num campo econômico, principalmente no campo agrícola que está sujeito não só à legislação dos Governos, dos Ministérios, mas principalmente dos fatores climáticos.

Há que se implantar uma política definitiva que traga ao homem do campo, a confiança. Veja Vossa Excelência o que se fez com a pecuária neste País. No início do Governo João Baptista Figueiredo, incentivou-se a pecuária com o "slogan" "Plante, que o João garante". Plantou, o Governo paga, tenha lucro ou prejuízo, o Governo paga. O mesmo "slogan" se referiu à pecuária. Pois bem, há cerca de 90 dias, o Ministério do Planejamento além de elevar os juros de financiamento à pecuária, cortou todos os incentivos aos pecuaristas desta Nação. Os reflexos desta política não se farão sentir no momento. O Governo talvez impressionado com as campanhas de boicote que as donas-de-casa fizeram contra a alta abusiva da carne, tomou estas medidas em detrimento da pecuária. Mas os efeitos destas medidas se farão sentir a médio prazo. Dentro de dois anos, veremos a pecuária desestimulada totalmente, obrigando o Governo a importar carne.

Lá se vão as divisas construídas com tanto suor. Por quê?

Porque não existe uma política estruturada, uma política efetiva, uma política que dê realmente confiança ao agricultor e pecuarista. Temos que lutar, nós homens públicos, sem radicalismo, sem revanchismo, sem dizer que o Governo é ruim, que a Oposição é boa, que o que se fez até agora é ruim, o que a Oposição fará, quando conquistar o Governo, se eventualmente conquistar, será bom. Isso é uma utopia. Nós não podemos prejudicar o que fará a Oposição no dia em que for Governo. Talvez faça pior do que está sendo feito agora. Mas o que é importante é que todos os homens públicos se unam nessa cruzada; nessa verdadeira cruzada patriótica, em que se procura alertar os homens do Governo. Nós que temos a experiência que convivemos com o eleitor, que convivemos com o agricultor, que convivemos com o pecuarista, para nos cingirmos apenas ao campo que Vossa Excelência está explorando neste pronunciamento, nós sabemos o que é nocivo e o que é benéfico à agricultura e à pecuária.

Eu me associo ao pronunciamento de Vossa Excelência e é bom que Vossa Excelência desse pronunciamento requeira sejam enviadas cópias ao Ministério do Planejamento, ao Ministério da Agricultura, ao Presidente da República, para eles sentirem que uma Assembleia Legislativa, por mais humilde que seja, por menos força decisória que ela possa ter, ela representa uma parcela da opinião pública nacional. E os Governos não podem fazer ouvidos de mercadores aquilo que pensam os segmentos da Nação Brasileira.

Eu me parabeno e agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O **SR. LÁZARO DUMONT** — Muito obrigado, nobre Deputado, Erondy Silvério e Vossa Excelência não imagina quanto realmente é importante, o seu aparte e o seu apoio ao nosso requerimento.

○ **Sr. Pinto Dias** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lázaro Dumont, Vossa Excelência como sempre faz nesta Casa, está fazendo hoje um pronunciamento realmente importante e um assunto que precisava efetivamente chegar nos ouvidos, principalmente, do Ministro do Planejamento.

É uma pena o que está ocorrendo hoje na área rural. Eu gostaria de concordar com o aparte do Deputado Erondy Silvério na sua amplitude. Mas faço, discordo em algumas palavras.

O Deputado Erondy Silvério falou que talvez, com outros Governos, outros partidos, fosse pior do que o quadro que está aí. Eu discordo do Deputado Erondy Silvério e não acredito que tenha condições alguém de governar pior do que está sendo governada esta Nação, na área da agricultura. É um trabalho realmente entristecedor. Para o agricultor brasileiro hoje não há condições de qualificá-la. É uma desorientação total: massacre no custo do dinheiro.

Ora meus senhores, plantar feijão, com o financiamento e custo que está aí a quase quarenta por cento ao ano; plantar arroz com esse custo; mandioca, isto é uma política realmente para conduzir à fome. Ou então, um País que tem uma receita extraordinária no mercado internacional, e que possa importar sempre. Porque o Ministro Delfin Neto conhece e sabe que o Brasil está comendo feijão, arroz, milho e carne há alguns anos. É bem fácil quase de aquilatar os anos que o Brasil está importando os principais produtos. É só verificar o período que o Ministro Delfin Neto vem comandando a economia deste País, e está aí o xerox do quadro agrícola brasileiro. Infelizmente, dos piores, não há condição de ser pior. E eu quero com tristeza denunciar aqui, alguns agricultores e pecuaristas, Deputado, que assinaram com o Banco do Brasil, registrado no Registro de Imóveis, trabalho equacionado, contratado, compromissos assumidos de toda a ordem, e o Banco do Brasil alega que não tem recursos para liberar o dinheiro, criando problema dos mais sérios às famílias e a proprietários agrícolas. E Vossa Excelência citou da tribuna, Deputado Lázaro Dumont, esse plantio de feijão da seca, que o cafeicultor principalmente, o cafeicultor, ele foi obrigado a plantar. Porque era uma condição ou ele plantava, ou ele tinha o contrato de custeio agrícola, suspenso sem condições de obter do Banco do Brasil, operação sequer para colher café.

Está aí hoje, a cafeicultura inteira desativada, desamada, sem condições de proporcionar ao "bóia-fria", o mínimo para o sustento de sua família, de forma que o pronunciamento que Vossa Excelência faz da tribuna. É um pronunciamento muito sério, importante, e quem sabe Deus ajuda, que esse pronunciamento chegue aos ouvidos do Ministro do Planejamento, para que ele possa, com o seu dispositivo enorme que tem nesta República conduzir a economia agrícola por um caminho que venha proporcionar um bem-estar para a grande maioria do povo brasileiro, que hoje tem enorme dificuldade em comprar um quilo de fuba.

O SR. LÁZARO DUMONT - Muito obrigado, Deputado. Vossa Excelência tocou num assunto e que nós tivemos oportunidade de receber ainda ontem relatório de algumas cooperativas principalmente, do sudoeste do Paraná, relacionado com o feijão. O problema que aquele que plantou o feijão está tendo no momento, cujo relatório nós estamos encaminhando a Vossa Excelência, como membro da Comissão e a todos os Deputados, membro da Comissão de Agricultura, para que a gente possa debater o problema do feijão, quarta-feira, exatamente, como nos foi encaminhado, para que depois do debate na Comissão, possamos trazer o assunto ao plenário da Casa. E evidentemente a minha preocupação de não trazer antes, é para que não dê a idéia de que como Presidente da Comissão, a gente tencione manipular aquelas informações que hoje o agricultor está encaminhando à Comissão de Agricultura do Paraná. Nós estávamos dizendo, que entre os fatores principais, responsáveis pela situação que se encontra hoje, de desestímulo do trigo está que os insumos aumentaram 185% em 48, enquanto que o teto de financiamento aumentou apenas em 30,73%.

O Sr. Darcy Deitos - Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado?

O SR. LÁZARO DUMONT - Vossa Excelência tem o aparte.

O Sr. Darcy Deitos - Inicialmente quero cumprimentar a Vossa Excelência, pela oportunidade do seu pronunciamento, mas Vossa Excelência dá um xerox do que é a nossa agricultura,

de como está a nossa agricultura com referência ao plantio de trigo. Há um desestímulo a toda prova, nobre Deputado, como Vossa Excelência ainda bem disse com os valores de financiamento fornecido pelo Governo. Veja Vossa Excelência de que aqui no Paraná, temos uma área de terras plantadas em soja, de 2 milhões, 420 mil hectares, terras mecanizadas e conseqüentemente, se houvesse um estímulo efetivo do Governo, com financiamentos que cobrissem os valores integrais do plantio, nós temos certeza de que chegaríamos bem perto do plantio desta área de 2 milhões e 420 mil hectares, mas veja Vossa Excelência, de que deverá ser plantado, segundo cálculos da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, apenas um milhão e quinhentos mil hectares e dentro desse um milhão e quinhentos mil hectares, deverá ficar sem plantar mais de 30% dessa área.

Então veja Vossa Excelência, que tem de ser mudada a nossa política agrícola. Não pode ficar à mercê de uma política voltada tão somente para o mercado exportador, porque dentro do atual enfoque, dentro do atual sistema agrícola em que está voltada a agricultura brasileira, nós, a cada ano que passa, passaremos a importar muito mais mantimentos, porque até dez anos atrás, nobre Deputado, quando 90% da nossa agricultura era feita no lombo do burro e na enxada do trabalhador brasileiro, nós não importávamos milho, não importávamos feijão, não importávamos carne, enfim, não importávamos uma série de produtos que sempre produzimos.

O que precisa é que seja redimensionada a nossa política agrícola e eu queria aqui discordar do eminente Deputado Erondy Silvério, Líder da bancada do PDS nesta Casa, e concordar com as palavras do eminente Pinto Dias que colocou muito bem. Pior do que esta política agrícola está, eminente Deputado, ninguém vai conseguir deixá-la. Porque o Dr. Delfin Neto que comanda esta Nação, ele faz tudo para não fazer nada em benefício do agricultor brasileiro, ele está sem dúvida alguma, eminente Deputado, está mancomunado com o capital estrangeiro que comanda esta Nação. Ele está mancomunado porque todas as suas atitudes, todas as suas diretrizes são voltadas para proteger o capital estrangeiro em detrimento de todos nós brasileiros.

Eu cumprimento Vossa Excelência e agradeço o aparte que me concedeu.

O SR. LÁZARO DUMONT - Para concluir, Sr. Presidente, apenas para deixar aqui um ponto de interrogação.

O agricultor brasileiro hoje, que quiser adubar a sua plantação, recuperar a sua terra com o adubo orgânico, ele terá descontado do PROAGRO 3%. O agricultor brasileiro que usar os produtos químicos, terá o PROAGRO de apenas 1% Sr. Presidente. Qual a diferença? É que o adubo orgânico qualquer proprietário pode fabricar, o adubo químico, somente as multinacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Está encerrada a Hora do Expediente

Passa-se a

ORDEM DO DIA.

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Registramos, com satisfação, a visita, em nosso plenário, do Sr. Guaraci Andrade que se faz acompanhar de uma comissão de senhores argentinos que se encontra em visita ao nosso Estado, bem como a presença do Sr. Prefeito Municipal de Ribeirão do Pinhal, Sr. Edval Gonçalves de Azevedo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 11/80, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "Associação Evangélica Missão Transmundial", com sede e foro em Campo Mourão, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL

da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 35/80), que autoriza o Poder Executivo a doar: 1.º) ao Município de Campo Largo a área que especifica exclusivamente para fins que aqui descreve; 2.º) a Sociedade Beneficente das Senhoras Sírío Libanesas do Paraná, área que especifica situada em Campo Largo, a ser utilizada na implantação de obras destinadas a dar atendimento ao idoso. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA DE PLENÁRIO, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a emenda. — **Aprovada.**

Em votação o projeto. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/78, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que autoriza o Poder Executivo incluir no Plano de Obras, a ligação asfáltica ligando o Distrito de Pitangueiras Município de Rolândia, à estrada que liga os Municípios de Sabáudia e Astorga. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., e CONTRÁRIO da C.T., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Associação dos Funcionários Municipais de Jacarezinho”, com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/79, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a “Augusta e Respeitável Loja Simbólica — Acácia 1.^a”, com sede e foro na Cidade de União da Vitória. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que proíbe o uso do fumo em veículos de Transportes Coletivo Intermunicipal e em Estabelecimentos de Ensino Público Estadual. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL e C.L.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Aurora”, com sede e foro na Cidade de Nova Aurora. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública o “Centro Cultural e Esportivo Ceuzulense”, no Município de Céu Azul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210/79, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública o Centro Espírita “Allan Kardec”, com sede e foro na Cidade de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que altera divisas dos Distritos Administrativos de Herculândia, Lovat, Santa Eliza, Serra dos Dourados, Perobal e do Distrito da sede. todos

do Município de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento dos jovens Altahir Costa e Souza Filho e Odair Aparecido do Amaral. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 10/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 11/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo “TITO COSTA, O PREFEITO”, do colunista Oscar Silva e publicado no semanário “Hoje Cascavel”. — **Aprovado.** — (O artigo acha-se publicado no final desta ata.). — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que sejam efetuados estudos para a implantação de cursos técnicos profissionalizantes do 2.º grau, na cidade de Quitandinha. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo o patrocínio de medida que vise à revogação dos decretos-lei em matéria econômica. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e demais autoridades, manifestando irrestrito apoio a indicação do Doutor Luiz José Guimarães Falcão, para ocupar a próxima vaga de Ministro do Colendo Tribunal Superior do Trabalho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Alberto de Oliveira, Deni Schwartz, Túlio Zanchet e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Tribunal de Justiça, visando a transferência na próxima Organização Judiciária do Estado, o Município de Verê para a Comarca de Dois Vizinhos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Comissão Nacional de Energia, no sentido de liberar a todas as oficinas regularmente instaladas, a autorização para converter motores movidos a gasolina para álcool. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação. Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é evidente que eu votarei favoravelmente ao requerimento, dada a sua utilidade. Todavia, com a ressalva do aparte que ofereci ontem ao pronunciamento do nobre Deputado Ruben Valduga. Porque este assunto de conversão de motores de gasolina para álcool, é um assunto muito sério e que depende do sucesso do Programa Pró-Álcool, instituído pelo Governo Federal.

Toda Nação sabe, e os eminentes Deputados sabem, que o problema energético é de suma importância neste momento. Não só para o Brasil, mas para todo o mundo ocidental. Então o Brasil encontrou uma alternativa, para a gasolina. Não para o petróleo, mas para a gasolina. no programa PRÓ-ÁLCOOL.

Agora não se pode, evidentemente, generalizar um apoio, ou então uma recriminação às medidas tomadas pelo Presidente do Conselho Nacional do Petróleo a quem eu faço sérias restrições. Mas que neste episódio, Sua Excelência agiu acertadamente. Porque não é possível que se desvirtue um programa sério, que é o programa de conversão dos motores de gasolina, para o álcool. Que deve ser feito por oficinas especializadas; que adotem tecnologia recomendada pelo Ministério da Indústria e Comércio. Porque caso contrário, o programa Pró-Álcool estará inteiramente descredenciado. Porque as oficinas amadoras que não têm realmente o "know-how", a tecnologia para esta conversão; vão desacreditar, inevitavelmente o programa Pró-Álcool. Eu voto favoravelmente ao requerimento, mas com esta ressalva. Porque não é possível, a pretexto de se condenar a ação do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, a quem repito, faço sérias restrições, se generalize um problema que vai efetivamente causar transtornos ao programa nacional Pró-Álcool. As conversões de motores de gasolina para álcool devem ser feitas por quem entenda, por técnicos que obedeçam uma tecnologia, que tragam efetivamente um resultado satisfatório para os proprietários de veículos. Só assim nós estaremos contribuindo para o aprimoramento do programa Pró-Álcool no País.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, do Sr. Deputado Federal, Amadeu Geara; bem como a presença do Sr. Hans Brother, e do Dr. José Carlos Carvalho, Diretor Superintendente do Grupo Corujão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Nilton Friedrich, em sessão do dia 22 de maio de 1980.

TITO COSTA. O PREFEITO

Oscar Silva

Em país como o nosso, onde existem mais de três ou quatro mil municípios, a coisa que parece mais fácil ao homem comum da política eleitoral, é exercer o cargo de Prefeito. Tanto assim, que, mal se fala em eleições, já aparecem os cardumes de filhotes de cação rondando o barco, em busca de uma herança que pouco se lhes dá saber se é de um honroso patrimônio ou mesmo de uma massa falida.

Na realidade, porém, guardadas as devidas proporções, o exercício desse cargo é mais difícil que o de Governador de Estado e, quiçá, de Presidente da República. O Governador ou o Presidente eleito dispõem, inicialmente, de vasto campo de valores humanos onde escolher o seu secretariado ou o seu ministério. Valores que ajudarão na descentralização das tarefas administrativas durante todo o mandato de governante. Qual a extensão do campo de valores humanos, mormente no interior brasileiro, para um prefeito escolher assessoramento técnico, honrado e capaz? No âmbito federal ou estadual, a quase totalidade dos problemas administrativos entregues aos ministérios, secretarias e órgãos paraestatais. Na esfera municipal o gabinete do Executivo é transformado em muro de lamentações. Milhares e milhares de municípios, especialmente se a porta é de vaivém, passam de cabeça erguida pelos assessores e vão diretamente interromper o expediente do Prefeito durante todo o tempo em que este estiver na Prefeitura. E ainda o atacam na via pública. Nas estradas. Nos estádios de esporte. Nas sedes de clubes recreativos. No iar e até portas adentro

do templo religioso. E vá ele dizer-se cansado ou fechar o semblante a essa multidão...

O Prefeito é o homem que se elegeu (falo de Prefeito, não de interventor ou donatário) para viver, durante todo o mandato, o seu dia-a-dia em contato com os municípes, e em contato com o povo. Seria bem bom, se esse contato fosse apenas de festas e churrascos. De bailes e futebol. De alegria ou de oração. Ombro a ombro. Braço a braço. Riso no riso de camaradagem ou da confraternização. O problema é que o dia-a-dia do Prefeito com o povo é um dia-a-dia de estadista. De governante dos municípes. De primeiro responsável pelos destinos da comuna. Por isso, a sua família se dilata para além do cônjuge e dos parentes; o seu lar se amplia até a comunidade, sem distinguir partidos ou credos de qualquer cor. O Prefeito, o bom Prefeito, não se pertence; é posse da comunidade. Não se limita a cuidar dos destinos da comuna; empenha, se necessário, a própria vida em defesa de sua gente, desfraldando a bandeira de seu povo. Por isso, bem mais do que uma honra, o cargo de Prefeito é um grande sacrifício para quem o queira exercer com lealdade e eficiência. Governar uma comuna, administrando pela lei e com a lei, sem se desviar da meta de bem servir à coletividade, não é tarefa para cações que precisam apenas das presas para aproveitar a herança de um naufrágio. Daí os verdadeiros Prefeitos, raros que o têm sido, haverem passado à história como heróis da administração pública.

As safras de alcaides brasileiros — convenhamos — nunca foram das melhores do mundo. Em sua maioria, depois de eleitos, olvidaram a missão de governantes, e muito mais a de estadistas, para se julgarem simples donos de um curral apelidado de Município onde o povo não lhes parece mais do que ovelhas. Ovelhas que eles desejam iguais às de Panúrgio. Daí o gostoso da eternização no poder, agora defumado pelo saravá da almejada prorrogação de mandatos. Apesar disso, porém, tivemos e continuaremos a ter edificantes exemplos de verdadeiros governantes municipais.

Veja-se o que está ocorrendo no ABC paulista. Não se pode olvidar o esclarecimento e o destemor das lideranças sindicais, à frente o conhecido Lula. Não se pode menosprezar a corajosa posição de Dom Paulo Evaristo Arns e bispos do ABC, colocando-se incondicionalmente ao lado dos trabalhadores. Não se pode sequer fechar os olhos à, também corajosa, presença de Senadores e Deputados na rinha entre os galos do capital e os garnizés do trabalho naquela região paulista. Acontece que o Lula e outros líderes têm por trás de si a coesão de milhares e milhares de esclarecidos companheiros de trabalho. Dom Paulo Evaristo Arns e os bispos que o seguem, coerentes que estão com a doutrina da CNBB, contam com a solidariedade de todo ou quase todo o bispado brasileiro — se não agissem como estão agindo, não passariam de meros bispotes a serviço das multinacionais da metalúrgica. Os parlamentares, amparados pelo menos por uma provisória imunidade, estão apenas cumprindo o seu dever.

Mas, eis que no meio de todos esses que se expõem à ameaça das bombas, granadas e armas de repetição ou automáticas, uma figura ímpar se destaca. Sem imunidade de espécie alguma. Sem a solidariedade total dos seus quatro mil colegas, na maioria adesistas e acomodados. Estribado apenas nos próprios sentimentos humanitários, nos profundos conhecimentos municipalistas e coerente com a confiança dos milhares de operários que o elegeram. Dá está o Prefeito Tito Costa. Defendendo, enquanto pode, a autonomia de seu Município. Enfrentando decisões de altos escalões federais e de um Ministro que determinado bispo já apelidou de Ministro do Capital, em vez de Ministro do Trabalho. E, por pior do que tudo isso, enfrentando a terrível chaga do malufismo.

Quantos não já teriam pedido um substituto nesse encontro futebolístico de mastodontes contra pigmeus, num jogo sem regras e sem árbitro? Quantos não já teriam mesmo encostado as chuteiras definitivamente?

Mas, Tito Costa continua ali. Firme ao lado de seu povo. Sem agitar outra bandeira que não a do Entendimento e da Concórdia. Apelando para o Governo Federal. Apelando para os empresários. Apelando para os trabalhadores. Apelando para Deus e o mundo. Em busca de Paz para o seu Município. De Tranquilidade para o seu povo. E se um coquetel Molotov

explodir a seus pés ou dentro de seu gabinete? Não importa. Ele é dos que morrem sem correr.

Quem estuda Português sabe da importância da colocação do adjetivo em relação ao substantivo ou do apostrofo para com o fundamental. O Chefe José Joaquim não é o mesmo que José Joaquim, o Chefe, Tito Costa, o Prefeito, já suplantou de muito o Prefeito Tito Costa. Mas estejamos certos de uma coisa: prorrogação de mandato Tito Costa jamais aceitaria para honrar um nome já honrado sem precisar do cargo.